

GESTÃO DA VISITAÇÃO TURÍSTICA NO PARQUE NACIONAL SÃO JOAQUIM-SC: UM OLHAR SOBRE O PLANO DE MANEJO

GABRIELY SILVA MARTINS¹

AMANDA AUGUSTA COSTA²

ANA PATRÍCIA MARTINEZ LARA³

MARIANA DA SILVA GOIS⁴

FERNANDO PROTTI BUENO⁵

DOI: <https://doi.org/10.47977/2318-2148.2020.v8n13p75>

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar a gestão do uso público, prioritariamente quanto à visitação turística do Parque Nacional de São Joaquim (PNSJ), a fim de compreender como a atividade turística tem sido pensada e desenvolvida na unidade de conservação (UC). Localizado no Estado de Santa Catarina, exerce a proteção de remanescentes florestais do bioma Mata Atlântica, possuindo como particularidade a precipitação de neve nos meses mais frios, principalmente em julho. Em 2017, cerca de 25 mil pessoas visitaram o Parque em julho de um total de 119.631. O plano de manejo de 2018 foi objeto de análise, especificamente no aspecto ‘turismo e lazer’. Este aspecto foi caracterizado como um dos ‘recursos e valores fundamentais’, nas dimensões ‘condições atuais’, ‘tendências’ e ‘ameaças diagnosticadas’, bem como nos itens de ‘necessidades de dados’, ‘necessidade de planejamento’ e ‘oportunidades de ações de manejo’. Os resultados evidenciaram que a condição atual de visitação é caracterizada pela falta de controle, ordenamento e monitoramento, identificando-se impactos causados em todos os atrativos do Parque, prioritariamente concentrados no Morro da Igreja. Mediante os objetivos e estratégias identificadas, tais como o aumento de visitantes e a infraestrutura de atendimento, a tendência é que piore a atual condição de visitação. Nesse sentido, a gestão da visitação é realizada de acordo com as possibilidades do Parque, que visa a elaboração de um plano de uso público ou de um plano específico de visitação, além da busca por normatizar a visitação ao principal atrativo, o Morro da Igreja.

Palavras-chave: Unidades de Conservação da Natureza, Turismo, Lazer, Planejamento, Infraestrutura turística.

¹ Discente do Curso de Turismo. Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rosana. E-mail: gabriely.silva@unesp.br

² Discente do Curso de Turismo. Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rosana. E-mail: amanda.augusta@unesp.br

³ Discente do Curso de Turismo. Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rosana. E-mail: a.lara@unesp.br

⁴ Discente do Curso de Turismo. Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rosana. E-mail: m.gois@unesp.br

⁵ Professor do Curso de Turismo. Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rosana. E-mail: fernando.bueno@unesp.br

GESTIÓN DE LA VISITACIÓN TURÍSTICA EN EL PARQUE NACIONAL SÃO JOAQUIM - SC: VISIÓN SOBRE EL PLAN DE MANEJO

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la gestión del uso público, principalmente en lo que respecta a la visita turística del Parque Nacional de São Joaquim (PNSJ), para comprender cómo se ha pensado y desarrollado la actividad turística en el área protegida. Ubicado en el estado de Santa Catarina, protege los remanentes forestales del bioma de la Mata Atlántica, con las nevadas en los meses más fríos, particularmente en julio, como característica particular. En 2017, alrededor de 25 mil personas visitaron el Parque en julio, de un total de 119.631. Se analizó el plan de gestión de 2018, concretamente en el aspecto 'turismo y ocio'. Este aspecto se caracterizó como uno de los 'recursos y valores fundamentales', en las dimensiones 'condiciones actuales', 'tendencias' y 'amenazas diagnosticadas', así como en los ítems 'necesidades de datos', 'necesidad de planificación' y 'oportunidades para acciones de gestión'. Los resultados mostraron que la condición actual de visita se caracteriza por la falta de control, ordenamiento y seguimiento, identificando impactos causados en todos los atractivos del Parque, concentrados principalmente en Morro da Igreja. Debido a los objetivos y estrategias identificadas, como el aumento de visitantes y la infraestructura de servicios, la tendencia es que la condición actual de visita empeore. En este sentido, la gestión de visitas se realiza de acuerdo con las posibilidades del Parque, que tiene como objetivo desarrollar un plan de uso público o un plan de visitas específico, además de buscar estandarizar las visitas al atractivo principal, Morro da Igreja.

Palabras-clave: Área protegida, Turismo, Lazer, Planificación, Infraestructura turística.

INTRODUÇÃO

No caso brasileiro, o turismo como atividade de lazer, se utiliza das áreas naturais como forma de atender uma crescente demanda em busca de contato com a natureza. Segundo dados do site do ICMBio relativos ao ano de 2019, o número de visitantes superou 15,3 milhões, somente nas unidades de conservação federais.⁶

As áreas naturais protegidas estão institucionalizadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que organiza diferentes categorias de áreas protegidas naturais como forma de garantir sua conservação e de seus atributos naturais, como a sua biodiversidade (BRASIL, 2000). Nesse sentido, consideramos que as unidades de conservação da natureza (UC) guardam sob a tutela da proteção importantes características naturais, as quais, sob o olhar turístico, inserido no campo das práticas de consumo, são atrativos que incentivam a visitação da demanda, que a depender da forma como estiver planejada e desenvolvida, pode ocasionar inúmeros impactos, inclusive e prioritariamente negativos (PAES-LUCHIARI, 2007; SERRANO, 2007).

Assim, ainda que contraditoriamente, a atividade turística nas UC busca ser uma forma de conciliar o uso destes espaços com a conservação da natureza (PAES-

⁶ Fonte: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br>

LUCHIARI, 2007). Desse modo, a partir do pressuposto de que a visitação em UC, especificamente na categoria parques nacionais, deva estar em consonância com os objetivos de conservação da natureza, necessita ser amplamente planejada visando à minimização dos impactos e a maximização da experiência do visitante. Nesse aspecto, o plano de manejo, enquanto um documento técnico, tem por intuito diagnosticar as características físicas e operacionais da UC e estabelecer o zoneamento, atrelado às normas de visitação, como forma de definir permissões e restrições relativas ao uso para cada zona, referente à cada atividade (BRASIL, 2011; BRASIL 2018a). Dessa forma, a gestão do uso público, especificamente relativo à visitação turística, necessita planejar estratégias para gerir a visitação e monitorar os impactos causados pela atividade, afinal, a crescente demanda pelo contato com a natureza torna esses locais mais procurados, ocasionando assim, um grande fluxo de visitantes que, se não for controlado e monitorado, pode provocar impactos irreversíveis (PARDINI, 2012; VALLEJO, 2013). De acordo com Araújo, Cabral e Marques (2012, p. 203) o principal problema dos planos de manejo das UC no Brasil é o “desalinhamento em relação ao propósito e aos desafios da unidade”, pois o documento deve enfatizar ações e diretrizes visando uma plena gestão da unidade.

O presente estudo teve como objetivo realizar essa discussão, tendo por base um caso em específico o plano de manejo do Parque Nacional São Joaquim (PNSJ). Criado em 1961 para proteger as áreas remanescentes da Mata Atlântica, prioritariamente o ecossistema de Floresta Ombrófila Mista com predominância da vegetação de coníferas do gênero *Araucária*. Os monumentos geológicos e a beleza paisagística do local, também exercem a atração de diversos turistas, sendo administrado pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), uma autarquia federal que possui a função de executar as ações determinadas pelo SNUC. O plano de manejo do parque foi criado em 2018, o que traz a possibilidade de análise da gestão da UC, na qual, na elaboração do documento deve ser considerada a realidade de uso público, especificamente quanto à visitação turística (BRASIL, 2018c). De acordo com Detzel *et al.* (2018), no ano de 2017 foram registrados 119.631 visitantes, sendo que a maior quantidade de visitantes esteve concentrada nos finais de semana e feriados, principalmente durante os meses de temperaturas mais baixas do ano (junho, julho e agosto), devido a possibilidade de precipitação de neve na região. Isso faz com que haja a premente necessidade de gestão do uso público, principalmente voltada ao controle e monitoramento de visitantes e dos impactos causados pela visitação.

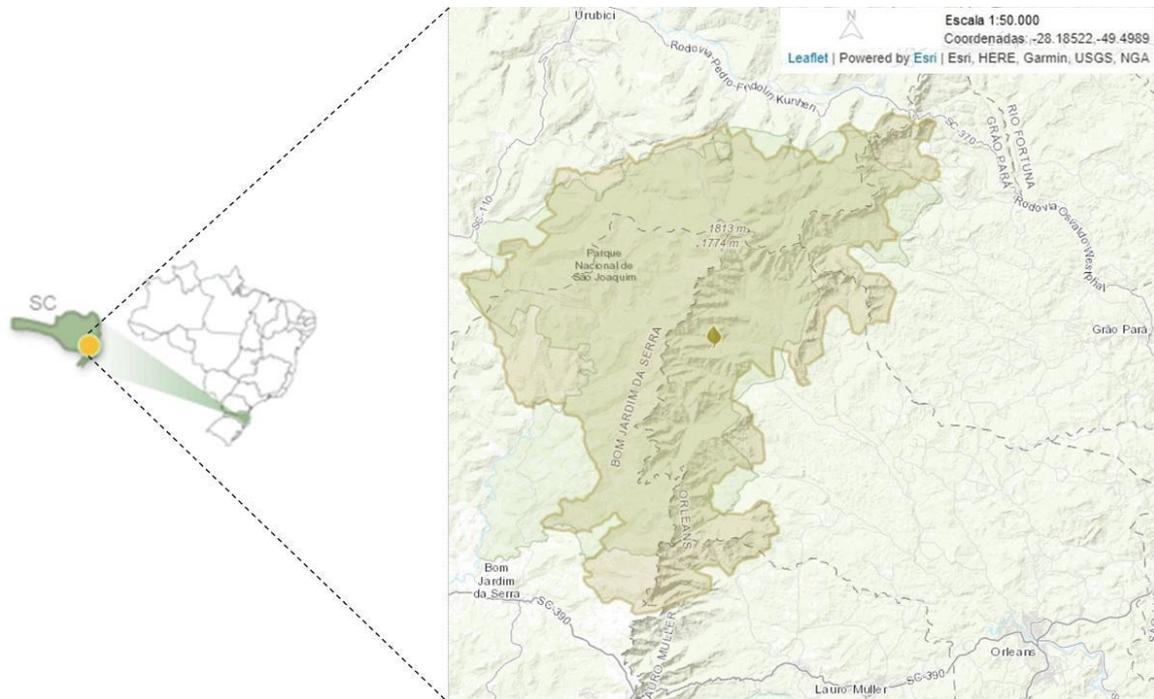
MATERIAL E MÉTODOS

Área de estudo

O PNSJ foi criado pelo Decreto Federal nº 50.922 em 1961, Estado de Santa Catarina, abrangendo os municípios de Urubici, Grão Pará, Orleans, Lauro Müller e Bom Jardim da Serra, totalizando cerca de 49.800 hectares (Figura 01). Inserido no bioma Mata Atlântica, possui como particularidade a possibilidade de apresentar grande

oscilações térmica num único dia, assim como as temperaturas mais baixas do Brasil, ocasionando a ocorrência de um fenômeno raro no país, a neve (BRASIL, 2018c).

Figura 01 - Localização do parque



Fonte: Elaborado a partir de Brasil (2020) e Instituto Socioambiental (2020).

Administrado pelo ICMBio, o PNSJ tem como objetivos a preservação da biodiversidade, das belezas naturais e dos aspectos patrimoniais no local, além de garantir a possibilidade de lazer, pesquisa científica e educação ambiental (BRASIL, 2018c).

O PNSJ possui diversos atrativos⁷, os mais conhecidos e visitados são o Morro da Igreja e a Pedra Furada, que em conjunto exercem a atratividade do parque (em consonância com a incidência de neve no local). No atrativo Morro da Igreja é possível visualizar a Pedra Furada, uma espécie de janela natural disposta em rocha. Estes atrativos em conjunto têm o potencial de atrair visitantes, tanto pelo aspecto estético quanto pela facilidade de acesso, já que estão localizados em uma área central do parque, na fronteira entre três municípios e com a possibilidade de acesso por veículos motorizados (OMENA, 2014). O acesso ao parque ocorre pela Rodovia SC-439, percorrendo o traço norte para o município de Urubici, até chegar ao Mirante Morro da Igreja.

⁷ Sendo estes a Casa da Pedra, Cachoeira Arno Mohr, Pirâmides, Serra do Engenheiro, Cachoeira Três Esmeraldas, Serra Furada, Borda da Serra, Cascata Vêu da Noiva, Cânion Chimarrão, Cânion das Laranjeiras, Cânion do Funil Norte, Cânion do Funil Sul, Cemitério Histórico, Morro do Baú, Morro da Bentinha e Cachoeira da Cascatinha (BRASIL, 2018c).

Análise do plano de manejo

Diante da contextualização apresentada, nos interessou investigar como a atividade turística tem sido pensada e desenvolvida no parque, tendo como base os elementos expressos no plano de manejo. Para tanto, estabelecemos as seguintes perguntas norteadoras: sob quais objetivos e diretrizes a visitação tem sido planejada? Como é realizada a gestão da visitação? Na busca por responder essas questões, a partir do uso das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, especificamente por meio da análise do plano de manejo do Parque, estabelecemos como objetivo analisar a gestão do uso público, prioritariamente a visitação turística, do PNSJ.

Nosso foco de análise se deteve nas explanações sobre a temática da visitação turística expressas no plano de manejo, especialmente no aspecto ‘turismo e lazer’, caracterizado como um dos ‘recursos e valores fundamentais’ estabelecidos pelo PNSJ (sem desconsiderar as possíveis relações com demais aspectos, tais como: geologia, recursos hídricos, biodiversidade, pesquisa e educação, cultura, e belezas cênicas). Nesse sentido, analisamos os itens ‘condições atuais’, ‘tendências’ e ‘ameaças’ diagnosticadas sobre o aspecto ‘turismo e lazer’, bem como a avaliação que o plano de manejo do Parque faz sobre os itens ‘necessidades de dados’, ‘necessidade de planejamento’ e ‘oportunidades de ações de manejo’.

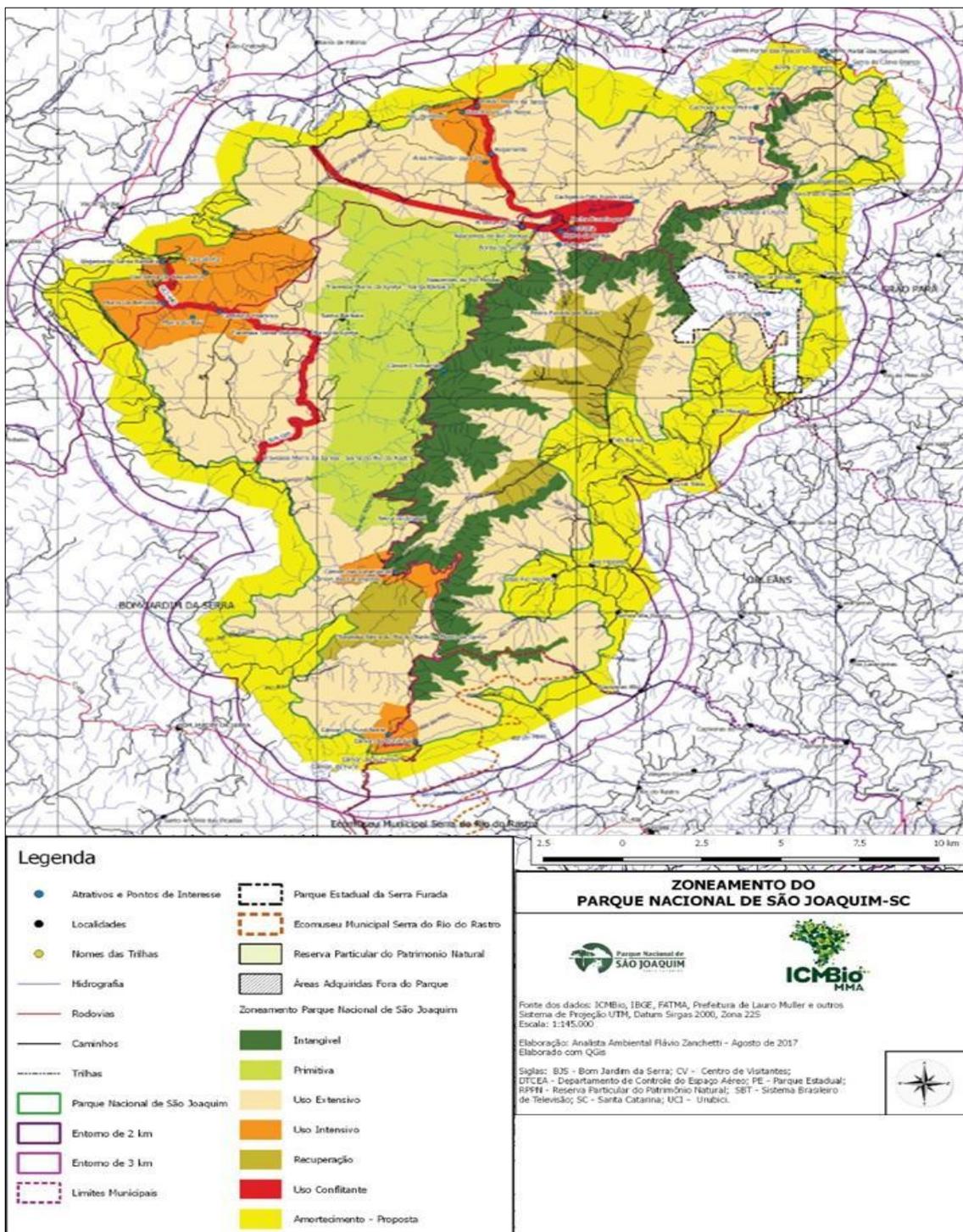
O plano de manejo do parque foi criado no ano de 2018, após a realização da oficina proporcionada pelo ICMBio no PNSJ em 2016, em Urubici, município sede do parque. Esta oficina contou com a participação de representantes do conselho consultivo do Parque (criado em 2011), das prefeituras municipais, proprietários de áreas não indenizadas, condutores do parque, pesquisadores, servidores atuais e antigos do Parque. Essa oficina teve como objetivo capacitar a equipe para a elaboração do plano de manejo, definindo a função dos integrantes, criando planos de trabalhos, metas e cronogramas para estruturação do plano de manejo do PNSJ (BRASIL, 2018c). Assim, dentre todos os participantes da oficina, 23 estiveram envolvidos ativamente do processo de criação do plano.

O plano de manejo está estruturado em três partes, acrescido de uma introdução que estabelece os marcos normativos do parque e do próprio plano. Na parte 1, denominada de ‘Componentes Fundamentais’, basicamente há uma apresentação do parque, principalmente marcada pelos propósitos do parque, pelos critérios de significância à sociedade e o estabelecimento dos recursos e valores fundamentais (geologia, recursos hídricos, biodiversidade, pesquisa e educação, cultura, turismo e lazer e belezas cênicas). Na parte 2, denominada de ‘Componentes Dinâmicos’, traz a avaliação da condição atual, das tendências e das ameaças dos recursos e valores fundamentais, bem como dos itens necessidades de dados, necessidade de planejamento e oportunidades de ações de manejo. A parte 3, denominada ‘Zoneamento e Normas’, apresenta o zoneamento e as normas gerais do parque.

O Plano de Manejo do Parque (BRASIL, 2018c), seguindo a proposta desenvolvida pelo SNUC, definiu as seguintes zonas: Intangível, Primitiva, Uso

Extensivo, Uso Intensivo, Recuperação, Uso Conflitante e Amortecimento, conforme mostra a Figura 02.

Figura 02 - Zoneamento do Parque Nacional São Joaquim



Fonte: Elaborado a partir de Brasil (2018c).

A estratégia de delimitar áreas (zoneamento) em parques é um dos elementos

componentes do processo de gestão da UC presente no plano de manejo, que visa instituir restrições e permissões de uso a cada área. Sobre o uso público, o zoneamento estabelece restrições e permissões quanto à visitação, especificamente para o desenvolvimento de diferentes atividades turístico-recreativas, além de auxiliar no controle e monitoramento da visitação e dos impactos causados pela mesma.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em relação ao uso público em UC e mais especificamente quanto à visitação turística, especialmente na categoria de manejo parque, a IUCN (1994) evidencia que os parques são áreas destinadas à proteção da integridade dos ecossistemas para futuras gerações e para a promoção de sua utilização para a realização de atividades espirituais, educacionais e recreacionais, sempre que estas sejam adequadas ao ambiente e cultura do local.

No contexto brasileiro, a categoria parque foi, a exemplo de outros países, influenciada pelo modelo norte-americano de preservação da natureza exposto pelo *Yellowstone National Park* de 1872, que considera a possibilidade de conciliação com a visitação turística, pois parte-se do pressuposto que seu uso é indireto. Dessa forma, a categoria parque nacional permite a interação entre a sociedade e a natureza, ainda que de forma mercantilizada, sendo a visitação turística uma das atividades permitidas no local (AGUIAR, MOREAU, FONTES, 2013; BRASIL, 2000; VALLEJO, 2013).

Nesse sentido, Vallejo (2013, p. 22) aponta que um dos principais desafios da gestão “reside em se encontrar fórmulas de compatibilização entre a conservação da natureza, com toda a sua complexidade ecossistêmica, e a visitação, com todas suas nuances, garantindo-se o mínimo impacto negativo aos espaços protegidos”. Assim, a gestão do uso público está diretamente atrelada à visitação turística em áreas protegidas, sendo que para haver visitação é necessário ter à disposição infraestruturas e serviços turísticos e de apoio ao visitante. Uma das formas de minimizar os possíveis impactos oriundos da visitação turística e ainda compatibilizar a conservação da natureza é a delimitação da UC por zonas, o chamado zoneamento.

O zoneamento é a parte que se mostra mais relevante para a gestão de uma UC, pois, conforme afirmam Araújo, Cabral e Marques (2012, p. 199), o principal objetivo do zoneamento é “organizar espacialmente uma unidade de conservação em parcelas, denominadas zonas, que demandam distintos graus de proteção e intervenção, contribuindo para que a unidade cumpra seus objetivos específicos de manejo”.

Em relação ao processo de uso público do PNSJ, a visitação turístico-recreativa ocorre nos atrativos que estão localizados nas zonas de uso intensivo e extensivo⁸, que em conjunto abrangem 66,55% do Parque (BRASIL, 2018c). Segundo o plano de manejo, estas zonas concentram o uso destinado à visitação, sendo que a zona de uso

⁸ Ainda que a visitação também seja permitida na zona primitiva (ZOP), desde que seja de “baixo impacto” e tenha “caráter rústico e primitivo” (BRASIL, 2018c, p. 45).

intensivo (ZOI) tem como objetivo de manejo “[...] facilitar a recreação intensiva e a educação ambiental em harmonia com o meio ambiente natural” e, para tanto, deve “[...] conter centro de visitantes, museus, mirantes, observatórios e outras facilidades e serviços” (BRASIL, 2018c, p. 46). Enquanto a zona de uso extensivo (ZOEx), tem como objetivo de manejo a “[...] manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, apesar de oferecer acesso do visitante e facilidade para fins recreativos e educativos” (BRASIL, 2018c, p. 45).

Mediante o exposto, a ZOEx estabelece a transição entre as zonas primitiva e intangível e a de uso intensivo, formando uma espécie de faixa de proteção das extremidades (zona de amortecimento) à área central do parque (zona intangível e primitiva), conforme é possível visualizar na figura 02, compreendendo assim, a maior porção territorial do parque.

Contudo, apesar do enfoque ser destinado às zonas de uso intensivo e extensivo, o plano de manejo estabelece, como convencionalmente se considera, a zona de uso conflitante (ZUC) que abriga atividades que conflitam com os objetivos de conservação da categoria parque, mas, que são de utilidade pública, tais como “[...] gasodutos, oleodutos, linhas de transmissão, antenas, captação de água, barragens, estradas, cabos óticos e outros”. O objetivo de manejo desta zona se restringe à “[...] contemporizar a situação existente, estabelecendo procedimentos que minimizem os impactos sobre a UC” (BRASIL, 2018c, p. 49). A particularidade neste caso é que, conforme traz a figura 02, a zona de uso conflitante, além dos usos já mencionados, abriga o principal atrativo turístico do parque, o Morro da Igreja.

As normas de visitação dos atrativos turísticos e das demais atividades turísticas-recreativas passíveis de serem realizadas nestas zonas (ZUI, ZUEx, ZUC) se restringem, basicamente, a não permitir fogueiras, exceto o uso de fogareiros, e a permitir o uso de animais de montaria, apenas nos percursos de estrada. Não havendo assim, quaisquer outras normas (permissões e restrições) quanto à visitação nestas zonas.

Acerca do quantitativo da visitação, Detzel *et al.* (2018) informam que tem havido um incremento de 10% na quantidade de visitantes entre os anos de 2014-2017, sendo que o último dado da visitação, relativo ao ano de 2017, registrou-se a presença de 119.631 visitantes. Os autores enfatizam que a ocorrência do maior fluxo de visitantes no parque está concentrada entre os meses de junho a agosto, tendo o mês de julho com a maior quantidade de visitantes - cerca de 25 mil no ano de 2017 -, exatamente devido à ocorrência de frio e a possibilidade de neve no local.

Em geral, a temática visitação é abarcada em todos os aspectos que compõem o item ‘recursos e valores fundamentais’ do plano de manejo. Contudo, destinamos atenção específica ao aspecto ‘turismo e lazer’, nas vertentes das ‘condições atuais’, ‘tendências’ e ‘ameaças’, conforme exposto no Quadro 01.

Quadro 01: Síntese das condições turísticas atuais e futuras do PNSJ

Recursos e Valores Fundamentais	Condições atuais	Tendências	Ameaças
Turismo e lazer	“A visitação não é diversificada, concentrando-se no Morro da Igreja” (p. 28)	“Aumento da visitação no morro da Igreja, considerando também o futuro asfaltamento da estrada da serra do Corvo Branco (SC-370)” (p. 28)	“Visitação sem planejamento” (p. 28)
	“A área do Morro da Igreja não comporta o volume de visitação atual, com os recursos de ordenamento existentes” (p. 28)	“Aumento da visitação informal em outras áreas do Parque, mesmo sem o plano de manejo” (p. 28)	“Manter a visitação apenas no Morro da Igreja” (p. 28)
	“Excetuando-se o Morro da Igreja, a visitação acontece de maneira informal, concentrada em áreas não regularizadas – privadas e devolutas (cavalgadas, caminhadas, cicloturismo, off-road, escaladas, visita aos cânions)” (p. 28)	“A publicação do plano de manejo, contemplando as atividades de ecoturismo e turismo na natureza, bem como lazer, contribuirá para a melhoria da relação do Parque com o trade turístico (parceria)” (p. 28)	
	“O Parque não tem condições de suprir todas as demandas de eventos esportivos e culturais” (p. 28)	“ A ausência de plano de manejo e outros instrumentos formais de gestão tendem a acirrar a relação do Parque com os grupos de interesse nesta UC” (p. 28)	
	“O atrativo do Morro da Igreja não conta com nenhuma infraestrutura de visitação, exceto a estrada asfaltada de acesso, área para retorno e placa informativa em infraestrutura de concreto” (p. 28)		
	“A relação do Parque com o trade turístico, no que se refere ao ecoturismo, não é boa” (p. 28)		
	“Falta pessoal para orientação da visitação na		

	área do morro da Igreja” (p. 28)		
	“Desconhecimento dos reais limites do Parque pelos usuários e praticantes de atividades esportivas na região” (p. 28)		
	“Condutores de visitantes com as autorizações expiradas e ausência de condutores dos municípios da parte baixa do Parque” (p. 28)		
	“Ausência de centro de visitantes” (p. 28)		
	“Ausência de cobrança de ingresso no morro da Igreja” (p. 28)		

Fonte: Elaboração a partir de Brasil (2018c).

A partir do que evidenciamos no Quadro 01, conforme exposto no plano de manejo, a condição atual da visitação atesta para o desenvolvimento da atividade turística em desalinhamento com o objetivo de conservação da natureza estabelecido pelas UC na categoria parques, afinal, a visitação tem sido realizada sem controle, em quantidade superior ao que a infraestrutura disponível comporta, direcionada em sua maioria a um único atrativo e sem acompanhamento de funcionários do parque ou condutores.

Diante do exposto e mediante à realidade do parque, o plano de manejo prevê enquanto tendências um cenário de visitação ainda mais precário do que o evidenciado nas condições atuais, isso devido a previsão no aumento de visitantes - fato que tem sido constatado por Detzel *et al.* (2018). E a situação da visitação no parque ainda sofre com a ameaça de ser executada sem planejamento.

As condições atuais de visitação são precárias, pois não existe controle, planejamento, infraestrutura adequada e recursos humanos suficientes para acompanhar os visitantes. O quantitativo de visitantes é elevado e muito concentrado num único atrativo. Não há cobrança de ingressos, o que poderia gerar retorno financeiro para a unidade e, neste caso, entendemos que a visitação não é benéfica para o parque sob os pontos de vista econômico, dos impactos causados e da conservação da natureza. Nestas condições, os visitantes não dispõem de condições mínimas para maximizar suas experiências.

Contudo, conforme o plano de manejo, ainda que relativo ao aspecto ‘beleza cênica’ dos ‘recursos e valores fundamentais’, mas diretamente voltado à visitação, no

item condições atuais, “o parque sofre pressão da sociedade para aumento da visitação”, assim como no item ameaças consta “aumento da visitação e pressão da sociedade para maior uso” (BRASIL, 2018c, p. 30-31). Isto posto, um dos objetivos da categoria parque, assim como uma das responsabilidades dos gestores de UC é “garantir a conservação e o desfrute público das qualidades que são essenciais (fundamentais) para atingir o propósito da UC e manter sua significância” (BRASIL, 2018c, p. 20). Mas, considerando as condições atuais, relatadas anteriormente, a tendência da visitação no aspecto beleza cênica será de “aumento da visitação desordenada e em áreas não autorizadas” (BRASIL, 2018c, p. 30), o que traria problemas ainda mais sérios à UC.

Conforme estabelecido pelo IBAMA/GTZ (1997 *apud* KINKER, 2002, p. 33), a categoria parque nacional foi criada com o intuito de “imprimir um sentido de valor à conservação da biodiversidade, para que a sociedade e cada pessoa em particular sejam persuadidas de que esta redundará em benefício pessoal e geral para a humanidade”. Para tanto, dificilmente o PNSJ conseguiria, por exemplo, imprimir esse sentido de valor a partir de um processo de visitação descontrolado e desordenado. Ainda nesse aspecto, o plano de manejo do PNSJ expõe que a prioridade do parque é “a contemplação da paisagem, principalmente no mirante do Morro da Igreja/Pedra Furada” (BRASIL, 2018c, p. 09). Contudo, a maior problemática quanto à visitação é encontrada exatamente nesse atrativo, conforme exposto na vertente ‘condição atual’ do aspecto ‘turismo/lazer’ dos ‘recursos e valores fundamentais’ que diz “a visitação não é diversificada, concentrando-se no morro da Igreja” e também na vertente ‘tendências’ desse mesmo aspecto que menciona a perspectiva de um “aumento da visitação no Morro da Igreja, considerando também o futuro asfaltamento da estrada da serra do Corvo Branco (SC-370)” (BRASIL, 2018c, p. 28). Em contrapartida a esta centralidade, há a pressão da sociedade pela diversificação de uso no parque, o que em tese poderia ser benéfico à sociedade devido a prospecção de novos mercados e desenvolvimento da economia, bem como ao parque, já que seria uma oportunidade de ordenamento da visitação. Entretanto, diante das condições atuais apresentadas no plano de manejo, entendemos como impossível a gestão do parque realizar tal diversificação de uso, assim como desproposital à concepção de minimização de impactos da visitação e maximização da experiência dos visitantes, haja vista a efetiva falta de controle.

Nesse sentido, o plano de manejo menciona enquanto ‘tendências’ para o aspecto do ‘turismo e lazer’ dos ‘recursos e valores fundamentais’ que “a publicação do plano de manejo, contemplando as atividades de ecoturismo e turismo na natureza, bem como lazer, contribuirá para a melhoria da relação do Parque com o trade turístico (parceria)” (BRASIL, 2018c, p. 28, grifo nosso). Entretanto, em nenhum momento o plano de manejo aborda o desenvolvimento de atividades de ecoturismo, turismo de natureza ou lazer em contato com a natureza, bem como a normatização para sua realização - tão pouco estabelece normas (permissões e restrições) à visitação ao seu principal atrativo, o Morro da Igreja. Com isso, o plano de manejo parece desconsiderar

a pesquisa desenvolvida por Omena (2014)⁹ que resulta no cálculo de capacidade de carga de 146 veículos por dia em visita ao atrativo.

A partir, então, dos elementos ‘condições atuais’, ‘tendências’ e ‘ameaças’ acerca do aspecto ‘turismo e lazer’ dos ‘recursos e valores fundamentais’, o plano de manejo contempla os itens ‘necessidade de dados’, ‘necessidade de planejamento’ e ‘oportunidades e ações de manejo’ conforme exposto no Quadro 02.

Quadro 02 - Síntese dos itens para o aspecto de Turismo e Lazer.

Turismo e Lazer	Necessidade de dados	“Avaliação das oportunidades das atividades esportivas e de ecoturismo desenvolvidas informalmente no Parque, junto aos respectivos atores, mapeando-as” (p. 28)
		“Concluir a avaliação, no Parque, de caminhadas de longo percurso, incluindo o proposto para o chamado caminho da Mata Atlântica” (p. 29)
		“Há necessidade de um posicionamento jurídico do ICMBio, acerca da continuidade da realização, dentro do Parque, das atividades de turismo (em todas as suas modalidades), exploradas por ocupantes não indenizados” (p. 29)
	Necessidade de planejamento	“Elaboração do plano de uso público, considerando: i) o ordenamento da visitação no morro da Igreja, incluindo o planejamento do transporte de visitantes; ii) o ordenamento das atividades esportivas e de ecoturismo como um todo; iii) a diversificação das experiências de visitação e a avaliação do local para implantação do centro de visitantes” (p. 29)
	Oportunidades e ações de manejo	“Criação de um protocolo genérico para a avaliação da realização de atividades, bem como eventos esportivos e culturais com apoio das comunidades de prática” (p. 29)
		“Implantação (e divulgação) de um sistema virtual de liberação de autorizações para a visitação no morro da Igreja” (p. 29)
		“Avaliação, junto com o sistema de autorização virtual, da satisfação e da qualidade da visitação pelos visitantes” (p. 29)
		“Normatização de atividades esportivas no Parque, com base no parecer jurídico do ICMBio e em experiências-piloto a serem realizadas em conjunto com as comunidades de prática” (p. 29)
		“Implementação de infraestrutura emergencial na região do Morro da Igreja (deck, portaria do Parque, estacionamento, entre outras)” (p. 29)

⁹ Apesar do plano de manejo mencionar “existe um estudo (dissertação de mestrado) que inclui a capacidade de suporte (números balizadores) para a área de visitação no morro da Igreja” (BRASIL, 2018c, p. 28), não apresenta ou se utiliza de quaisquer dados resultantes dessa pesquisa.

		“Cadastramento, capacitação e autorização para condução de visitantes (melhorar divulgação na parte baixa do Parque)” (p. 29)
		“Avaliação do projeto proposto para o centro de visitantes, em conjunto com o conselho consultivo” (p. 29)

Fonte: Elaboração a partir de Brasil (2018c).

Acerca do item ‘necessidade de dados’, para além do exposto no plano de manejo, destacamos a falta de atenção para com dados provenientes de um estudo de demanda, que possibilitasse ao Parque identificar o perfil de seus visitantes, assim como compreender as expectativas e satisfações em torno da experiência com a visita, na intenção de se dedicar em processos de diversificação da oferta de atrativos turísticos, bem como de atividades turísticas-recreativas, e na iminente necessidade de ordenamento e manejo da visita. Afinal, as necessidades de dados expostas nesse item não subsidiam o contemplado no item ‘necessidade de planejamento’. Entretanto, encontramos também no mesmo item, porém, relativo ao aspecto ‘belezas cênicas’ a necessidade de “pesquisa sobre perfil de visitantes” (BRASIL, 2018c, p. 25), o que, em princípio, demonstra certa desorganização e incoerência em termos de vinculação de dados aos aspectos correspondentes.

No item ‘necessidade de planejamento’ há a ênfase na necessidade de elaboração de um plano de uso público que contemple o planejamento e o ordenamento da visita (o mesmo ocorre também no item ‘necessidade de planejamento’ do aspecto ‘belezas cênicas’). Arelado a isso, encontramos também no item ‘necessidade de planejamento’, porém relativo ao aspecto ‘pesquisa/educação’ a intenção de “desenvolver um plano de visita, que tenha foco na educação e na interpretação ambiental”¹⁰, assim como de “desenvolver estratégia ou ferramenta para controle efetivo da visita” (BRASIL, 2018c, p. 25). Acerca destes expostos, identificamos a veemência ofertada pelo plano de manejo em relação a necessidade do planejamento da visita, exatamente frente a condição atual de visita descontrolada e sem planejamento. Contudo, entendemos que aqui também há certa desorganização e incoerência em termos de vinculação de dados aos aspectos correspondentes, pois o controle da visita deveria figurar dentre o aspecto ‘turismo/lazer’.

Já o item ‘oportunidades e ações de manejo’, sob nosso entendimento, centra sua abordagem em três frentes: o manejo da visita, a partir da oportunidade de tentar gerenciar o fluxo de visitantes, prioritariamente ao atrativo Morro da Igreja, por meio eletrônico (liberação de autorização), atrelando a isso, a coleta de dados da demanda (perfil e avaliação da visita); a criação de infraestrutura turística e de apoio ao

¹⁰ A justificativa encontrada para esta informação está vinculada a este item e este aspecto, se assenta no item ‘condições atuais’ do aspecto ‘pesquisa/educação’, a qual manifesta que a “visita praticada na UC restringe-se à contemplação da paisagem, não tendo como foco a educação e a interpretação ambiental” (BRASIL, 2018c, p. 25).

visitante, a partir do projeto do Centro de Visitantes, assim como da infraestruturação do atrativo Morro da Igreja; e a operacionalização da visitação, a partir do credenciamento de condutores. Contudo, diante das ‘condições atuais’ de visitação, anteriormente expostas no Quadro 01, compreendemos que as oportunidades e ações listadas neste item não atuam em consonância com as reais necessidades do parque em relação ao controle, monitoramento, planejamento e ordenamento da visitação. Portanto, ações de manejo como normatizações e restrições à visitação, deveriam compor este item.

Nesse sentido, a perspectiva emanada por Takahashi e Cegana (2005) chama atenção para a geração de impactos advindos da visitação que ocorrem mais devido a falta de planejamento do que a execução da própria visitação ou atividades correlatas (ainda que seja necessário considerar a quantidade de visitantes e a intensidade de uso do espaço para dimensionar a proporção destes impactos). Especificamente acerca do processo de controle e monitoramento de visitantes e dos impactos advindos da visitação, a Instrução Normativa nº 05/2018 - ICMBio (BRASIL, 2018b, s/p.) ao considerar “[...] a necessidade de planejar, ordenar e estimular a visitação nas Unidades de Conservação federais, [e] atender as Diretrizes para a Visitação em Unidades de Conservação” recomenda no art. 3º que “as unidades de conservação federais devem viabilizar programas de monitoramento da visitação que gerem subsídios para o planejamento institucional e manejo do uso público”, assim como estabelece no art. 7º “todas as unidades de conservação que tenham visitação com objetivos recreativos, desportivos, educacionais, culturais ou religiosos deverão estabelecer método para monitoramento do número de visitas”. Porém, a questão do monitoramento, seja dos visitantes, seja dos impactos da visitação no PNSJ, não figura entre as informações apresentadas nos itens ‘necessidade de dados’, ‘necessidade de planejamento’ e ‘oportunidades e ações de manejo’ do aspecto ‘turismo e lazer’.

Conforme já salientado, a questão do monitoramento da visitação e de seus impactos, foi encontrada no item ‘necessidade de planejamento’ do aspecto ‘pesquisa/educação’, assim como no item ‘necessidades de dados’ do aspecto ‘belezas cênicas’. Apesar de entendermos haver novamente certa desorganização e incoerência em termos de vinculação de dados aos aspectos correspondentes, pois o monitoramento da visitação e seus impactos deveriam figurar no aspecto ‘turismo e lazer’, manifestamos que pelo menos tal questão tem sido abordada pelo plano de manejo. Conforme a Instrução Normativa nº 05/2018 - ICMBio (BRASIL, 2018b) esta questão deve ser uma das responsabilidades fundamentais da gestão da UC, já que o resultado desse processo indica o nível de cuidado com as atividades realizadas e com o ambiente, bem como é um dos elementos componentes do grau de eficácia da gestão.

Além disso, ressaltamos que apesar da menção sobre a necessidade de ‘controle efetivo da visitação’, conforme expõe Omena (2014), o Parque desde de 2008 (primeiramente somente aos finais de semana e a partir de 2009 diariamente) faz um controle do tráfego de visitantes apenas ao atrativo Morro da Igreja. Nesse aspecto,

estranha o fato dos dados de visitação não comporem o plano de manejo e apenas serem encontrados no material de Detzel *et al.* (2018).

Outro aspecto importante para ser considerado e que estabelece relação direta com a questão da falta de planejamento da visitação, assim como a questão da falta de controle e monitoramento da visitação e seus impactos, para além do olhar acerca do atrativo Morro da Igreja, são as trilhas. Para Lechner (2006, p. 13) “costumam ser o primeiro dos elementos de infraestrutura desenvolvidos sempre que um nova área protegida é declarada”. Nesse sentido, consideramos as trilhas enquanto um dos elementos base da infraestrutura das UC, sejam elas desenvolvidas para monitoramento, controle e fiscalização da UC, sejam aquelas especificamente planejadas para a visitação. Referente ao PNSJ, o plano de manejo apresenta no item ‘necessidades de dados’ no aspecto ‘pesquisa/educação’ que “há necessidade de mapeamento das trilhas e caminhos existentes” (BRASIL, 2018c, p. 25) e no aspecto ‘belezas cênicas’ apresenta a necessidade de “atualização do inventário e mapeamento dos atrativos e trilhas (SIG)” (BRASIL, 2018c, p.31). Contudo, a única menção a condição atual das trilhas do parque é encontrada no aspecto ‘belezas cênicas’ que manifesta “há trilhas para visitação com o uso de cavalos, com impacto por pisoteio, como ocorre no cânion das Laranjeiras. Cite-se que ocorria também no rio do Bispo e na Travessia do Parque, entre o Morro da Igreja e os Campos de Santa Bárbara, os quais requerem atenção do Parque” (BRASIL, 2018c, p.30).

A temática ‘trilhas’ já foi foco do estudo de Alvarez *et al.* (2019), sobre os turistas que visitaram o Parque no ano de 2017. Classificaram as condições das trilhas como ‘não aplicável’, pois consideraram o estado de estrutura como primitiva ou sem infraestrutura adequada para o recebimento de visitantes. Isso implica, conforme o plano de manejo ressalta no item ‘oportunidades e ações de manejo’ do aspecto ‘biodiversidade’, em “iniciar a recuperação e a proteção emergencial das trilhas já existentes, com trabalho voluntário, priorizando o Morro da Igreja” (BRASIL, 2018c, p. 24). Ainda que o plano de manejo não apresente estratégias mais específicas para a questão das trilhas, é importante ressaltar a falta de planejamento atrelado à falta de monitoramento da visitação. Por se tratar de um quantitativo de visitantes em excesso, pode ocasionar diversos impactos, tanto para a experiência da visitação quanto para a UC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise do plano de manejo do PNSJ, especificamente no aspecto ‘turismo e lazer’ foi possível compreender a fundamental importância da gestão de uso público, particularmente na visitação. Diante disso, o plano de manejo se mostra essencial para diagnosticar as condições atuais e prospectar tendências, assim como para criar estratégias de planejamento, bem como normatizações para a gestão da UC.

Nesse sentido, consideramos que a revisão do plano de manejo, especificamente em relação à visitação no aspecto ‘turismo e lazer’ dos ‘recursos e

valores fundamentais’, aponta enquanto ‘condições atuais’, ‘tendências’ e ‘ameaças’ para uma situação caótica sob o ponto de vista da atividade turística ser realizada sem planejamento, controle, monitoramento e ordenamento e com excesso de visitantes. Essa preocupação é maior nos meses de temperaturas mais baixas, particularmente em julho e, basicamente, voltada a um único atrativo, o que gera inúmeros impactos devido a quantidade e a intensidade de uso.

Devido a isso, questionamos quais as possibilidades de um parque nacional, com relativa quantidade de visitantes devido ao seu potencial turístico, que deve ter como primazia a conservação da natureza, continuar aberto à visitação sem que haja as devidas condições de planejamento, infraestrutura e recursos humanos para tal finalidade? Não entendemos como justificativa adequada a mera pressão exercida pela sociedade.

Diante do exposto, consideramos como premente a necessidade de planejamento a partir da investida na revisão do plano de uso público/visitação do PNSJ que, mediante as condições e possibilidades do parque, estructure a visitação com vistas à minimização dos seus impactos, bem como a maximização da experiência dos visitantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, P. C. B; MOREAU, A. M. S. S; FONTES, E. O. Áreas naturais protegidas: um breve histórico do surgimento dos parques nacionais e das reservas extrativistas. **Revista Geográfica de América Central**, vol.1, nº50, pp. 195-213, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744541007.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- ALVAREZ, M. M. H; MOREIRA, J. C; BURNS, R. C; ALBACH, V. M. O perfil do visitante do Parque Nacional de São Joaquim (SC): breves considerações. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**: Itapetininga, v.6, n.3, 2019, p. 82-94. <https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/IC/article/view/1339/1063>. Acesso 04 dez. 2020.
- ARAÚJO, M. A. R; CABRAL, R. F. B; MARQUES, C. P. Uma breve história sobre a gestão de unidades de conservação no Brasil. In: NEXUCS (Org.). **Unidades de conservação no Brasil**: o caminho da gestão para resultados. São Carlos: RiMa Editora, 2012, p. 191-204.
- BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Parque Nacional de São Joaquim**. 2020. Brasília: Instituto Mendes de Conservação da Biodiversidade: ICMBio, 2020. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/parnasaojoaquim/>. Acesso em: 12 dez. 2020.
- BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo do Plano Nacional São Joaquim**. 2018. Brasília: Instituto Mendes de Conservação da Biodiversidade: ICMBio, 2018c. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_parque_nacional_de_sao_joaquim_2018.pdf. Acesso em: 25 nov. 2020.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Roteiro Metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais**. 2018. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: ICMBio, 2018a. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/downloads/roteiro_metodologico_elaboracao_revisao_plano_manejo_ucs.pdf. Acesso em: 17 dez. 2020.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Roteiro metodológico para manejo de impactos da visitação com enfoque na experiência do visitante e na proteção dos recursos naturais e culturais**. 2011. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: ICMBio, 2011. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/Roteiro_Impactos_de_Visitacao_WEB.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL, Instrução Normativa nº 5 de junho de 2018. **Dispõe sobre diretrizes e procedimentos administrativos para o monitoramento da visitação em unidades de conservação federais, conforme as informações contidas no processo 02070.002802/2018-93**. Diário Oficial da União. Brasília, 5 de jun. 2018. Seção 1, p. 43. 2018b. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portarias/intrucao_normativa_5_2018.pdf. Acesso em: 30 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 20 nov. 2020.

DETZEL, V. A.; DETZEL, L. C. F.; SILVA, M. L. T.; GOMES, M. E. A. C. **Parcerias ambientais público-privadas Parque Nacional de São Joaquim**: projeto piloto. Brasília: Detzel Consultores Associados S/S EPP e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2018. Disponível em: <http://diretoriopre.mma.gov.br/index.php/category/51-bid-cef-ibam-brm1120-desenvolvimento-de-parcerias-ambientais-publico-privadas?download=238:projeto-piloto-parcerias-ambientais-publico-privadas-parque-nacional-de-sao-joaquim>. Acesso em: 25 nov. 2020.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas: Papirus, 2002.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Parque Nacional de São Joaquim**. 2020. São Paulo: Unidades de Conservação no Brasil: ISA, 2020. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/998#ambiente>. Acesso em: 12 dez. 2020.

LECHNER, L. Planejamento, implantação e manejo de trilhas em unidades de conservação. **Cadernos de Conservação**, ano 03, nº 03, junho, 2006. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. 2006.

OMENA, M. T. R. N. Parque Nacional São Joaquim: do papel à realidade. Uma proposta para a gestão do uso público. 2014. 164f. **Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal)** - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Agroveterinárias, Lages, 2014. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/cav/id_cpmenu/1481/Dissertacao_Mestrado_Eng_Florestal_Michel_Omena2_15687492281777_1481.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

PAES-LUCHIARI, M. T. Turismo e patrimônio natural no uso do território. *In:* PAES-LUCHIARI, M. T.; BRUHNS, H. T.; SERRANO, C. (Org.). Patrimônio, natureza e cultura. Campinas: Papirus, 2007, p. 25-45.

PARDINI, H. O desafio do uso público nas unidades de conservação brasileiras. *In:* NEXUCS (Org.). **Unidades de conservação no Brasil: o caminho da gestão para resultados.** São Carlos: RiMa Editora, 2012, p. 125-133.

SERRANO, C. Patrimônio, natureza e cultura: uma introdução a olhares e práticas. *In:* PAES-LUCHIARI, M. T.; BRUHNS, H. T.; SERRANO, C. (Org.). Patrimônio, natureza e cultura. Campinas: Papirus, 2007, p. 09-21.

TAKAHASHI, L, Y; CEGANA, A, C, V. Como monitorar o impacto dos visitantes utilizando o sistema LAC - limite aceitável de câmbio. **Revista Turismo em Análise**, v. 16, n. 2, p. 206-222, 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63737/66502>. Acesso em: 07 dez. 2020.

THE WORLD CONSERVATION UNION (IUCN). **Guidelines for protected area management categories.** Cambridge: IUCN, 1994. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/1994-007-En.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2020.

VALLEJO, L. R. Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. **Anais do Uso Público em Unidades de Conservação.** Rio de Janeiro, v.1, n.1. p.13-26, 2013. Disponível em: https://periodicos.uff.br/uso_publico/article/view/28674. Acesso em: 04 dez. 2020.